

A. DA SILVA REGO

Garcia de Orta e a ideia de tolerância religiosa



LISBOA
1 9 6 3

3
69



Garcia de Orta e a ideia de tolerância religiosa

A. DA SILVA REGO

PROFESSOR NO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICA ULTRAMARINA

1. Objecto deste estudo.

A figura de Garcia de Orta continua a atrair as atenções dos estudiosos. A sua polifacetada personagem tem sido encarada de vários ângulos. Pertence à história da ciência e, por conseguinte, à do próprio mundo. A sua obra, traduzida em todas as línguas, atesta as raízes humanistas e cristãs do espírito que a concebeu e lhe deu forma.

O facto, a todos os títulos lamentável, de os seus ossos terem sido arrancados à terra sagrada da Sé de Goa, onde repousavam, para serem queimados, veio confundir, até certo ponto, os juízos que a seu respeito se formulariam depois. Este tristíssimo acontecimento deu-se em Dezembro de 1580. O naturalista falecera em 1568, tendo sido enterrado em sagrado, na própria Sé. No ano seguinte, Catarina de Orta, sua irmã, foi convicta de judaizante e acusada de heresia e de apostasia. No intuito de se defender, lançou sérias suspeitas sobre a ortodoxia de seu irmão. Parece ter-se arrependido de tal atitude, antes de morrer. Mas a insídia ficou, consumando-se o seu desfecho, como se disse, em 1580.

Quem, a distância, se debruça sobre a curiosa figura de Garcia de Orta pode ser levado em duas direcções distintas: ou aceita como válida a conclusão a que chegaram os inquisidores de 1580 ou a condena. Na primeira hipótese é levado a admitir que eles teriam alguma razão para assim procederem. Quer dizer: Garcia de Orta teria sido, na realidade, judaizante, cultor oculto da lei moisaica. Na segunda hipótese, pelo contrário, condena a desastrosa resolução de 1580, atribuindo-a a tardia vingança ou a falsa interpretação de quaisquer acusações que contra ele se podiam ter acumulado.

Os *Colóquios* são, como se sabe, a grande interpretação da alma de Garcia de Orta. E neles, portanto, que se devem colher todos os possíveis elementos sobre a sua psicologia, religião, apa-

rente judaísmo, etc. E ocorre fazer logo de início a interrogação: teria sido Garcia de Orta sincero em tudo quanto não dizia respeito à ciência, a fim de poder escapar às perseguições da Inquisição? É legítima a pergunta, mas parece não haver dúvida quanto à sua sinceridade. A sua vida, em Goa e no Oriente em geral, foi sempre a de um verdadeiro católico, coerente com a sua fé e a sua educação. Mostrou-o recentemente Abílio Martins, num interessante estudo subordinado ao título «O Catolicismo de Garcia de Orta», publicado na *Brotéria*, Julho de 1963, pp. 35-46. As suas relações com a Companhia de Jesus, como consta de documentos coevos, eram íntimas. Ligavam-no ao Colégio de S. Paulo afinidades intelectuais. Não as escondia. Já batido pela velhice, quis assistir a solenes *conclusões*, naquele Colégio realizadas, e dignou-se até argumentar com o defensor das teses.

A conclusão, portanto, que parece lógica, é a pura e simples condenação do indigno acto praticado em 1580 pelos inquisidores, lançando ao Mandovi as cinzas de um verdadeiro e sincero católico, vítima de indevidas acusações.

O presente estudo, por conseguinte, visa aprofundar a personalidade de Garcia de Orta, no sentido de se recolher o seu testemunho sobre o conceito de tolerância religiosa. Que opinião formava ele a respeito do hinduísmo, do islamismo, do protestantismo?

2. Quadro cronológico-social.

Supõe-se ter nascido Garcia de Orta em princípios do século XVI. Faleceu em Goa, como se disse, em 1568. Discute-se a sua nacionalidade: seria português ou espanhol? Fosse como fosse, considerava-se *português*. Bastas vezes se refere aos Portugueses nos melhores termos. No 15.º colóquio, dedicado à canela, a uma pergunta de Ruano responde: «A tudo vos responderey. Digo que se sabe mais em hum dia agora pellos Portuguezes, do que se sabia em 100 annos pellos Romanos...» (I, 210).

No 54.º colóquio, sobre o turbitto, é claro: ou é português ou, então, identifica-se com eles. Diz, referindo-se às gentes que habitavam Baçaim: «... e nós os Portuguezes lhe chamamos Judeus, mas não sam, senão Gentios que vieram da Persia.» (II, 342).

Não se considerava judeu. Quando a judeus se refere, utiliza sempre a 3.ª pessoa. Não hostiliza os Judeus, cita as suas opiniões, confessa honestamente ter colhido esta ou aquela informação da sua boca, não esconde as suas ligações com eles, nem com hindus ou muçulmanos. Os *Colóquios* dão, a este respeito, uma saudável demonstração de universalismo. Interessava-se principalmente pela ciência, e todos o ajudavam no esclarecimento de uma dúvida, na aquisição de uma achega, na correcção de um

erro. E lembre-se que a famosa obra foi impressa em Goa em 1563, antes da morte do seu autor.

Garcia de Orta era médico, e médico afamado. Martim Afonso de Sousa protegeu-o abertamente. Viajou por toda a Índia, tanto do Norte como do Sul. Era chamado a cada passo pelos vizinhos rajás, não só para os tratar pessoalmente, mas também para assistir aos seus áulicos mais estimados. Teve, desta forma, ocasião para lidar com várias religiões. Rejeitou ocasiões para se poder fixar no interior do subcontinente indiano, onde, se simpatizasse com o judaísmo, poderia fixar-se, honrado e rico, imitando assim alguns apóstatas portugueses que por lá arrastavam, com aparente alegria, a sua vida de fácil riqueza e dissipação.

Permaneceu na Índia Portuguesa, senhor de terras em Baçaim, como qualquer fidalgo ou burguês, rodeado de estima e admiração. Os *Colóquios* mostram-no perfeitamente à vontade, movimentando-se em plena integração dentro da *sua* sociedade, emitindo juízos sobre os principais acontecimentos e personalidades, sem receio e sem dúvidas segundas intenções. Se alguma personalidade há por quem ele manifesta particular simpatia, essa é a do governador Martim Afonso de Sousa.

A sua atitude para com os religiosos pode comparar-se à dos seus colegas letrados e fidalgos. A presença da Inquisição não o impedia de manifestar certa superioridade sobre os *frades boticários*, cuja opinião científica não podia sempre aceitar, mas cujos conselhos de repreensão, soltados do púlpito, facilmente acataria: «Não queria eu os frades repreensores senão no púlpito...» (II, 54). Por outro lado, a sua origem parece não o ter prejudicado, quer nas suas relações sociais, quer no exercício da sua profissão. Talvez o favorecesse até no que respeita a esta última. O humanismo e o renascimento, bebidos ambos em universidades europeias, tinham-no preparado para encarar a vida sob verdadeiro prisma científico. Espírito aberto, sentia a necessidade de verificar por si mesmo o que à sua volta se passava: «... mas não ousou afirmar as cousas sem primeiro as ver bem...» (I, 278). Noutro passo reafirma a sua atitude a este respeito: «mas eu não dou fé do que nam vi.» (II, 136). Não era uma atitude negativa, mas sinceramente positiva. Sobre as relações entre o erro e a verdade, manifesta-se claramente: «Eu não tenho odio senão aos erros; nem tenho amor senão á verdade.» (I, 255). Esta frase pode bem considerar-se a divisa de Garcia de Orta.

A Índia Portuguesa do seu tempo atravessava já grave crise moral. A dissolução dos costumes começava a fazer-se sentir. Muitos portugueses, uma vez chegados à Índia, deixavam-se conquistar pelo ambiente. Garcia de Orta, médico, devia conhecer muitos pormenores deste plano inclinado por que resvalavam muitos contemporâneos seus. Havia certos vícios com os quais

o nosso Doutor Orta não concordava. Um deles, e bem grave por sinal, era o do ópio. O seu interlocutor Ruano notara que, quando se irritava com algum criado, lhe chamava ora *bangue*, ora *anfião*. Talvez aludisse à sua fraqueza por estes excitantes.

Garcia de Orta parte desta observação do seu amigo para lhe explicar em pormenor o que era o *bangue* e o que era o ópio: «O *anfiam* he o que chamamos *opio*; e delle vos direy a seu tempo; e agora vos satisfarey com dizervos que cousa he o *bangue*, scilicet, a arvore e a semente ...» (I, 95). Continua o diálogo, interessante como todos. Após lhe descrever os efeitos, por ele observados quer em indianos, quer em portugueses, afirma: «E crede que pois isto he tanto usado e de tanto numero de gente, que nam he sem mysterio e proveito; *mas eu nam o provei, nem o quero provar*; e muytos Portuguezes me disserão que o tomarão pera os mesmos effeitos, em especial pera o das molheres, e pois isto não he mezinha daquellas nossas, nem que lá aja, nam gastemos o tempo nisso.» (I, 97-98). As palavras sublinhadas indicam a severidade do seu carácter em não querer provar o *haschish*, apesar dos atractivos que oferecia.

Os *Colóquios* não são, evidentemente, nenhum tratado de moral, mas fornecem inúmeros elementos para se poder ajuizar a situação moral da Índia do seu tempo. A cada passo se indicam produtos naturais que se utilizavam para fins dissolutos. Essa indicação, feita com simplicidade e indiferença científica, não lhe merece comentário mordaz ou complacente. Adivinha-se, pelo contrário, nesta simplicidade, uma voz de calma repreensão.

3. O princípio da religião oficial no Ocidente.

Como atrás se disse, ignora-se a data do nascimento de Garcia de Orta. É ponto assente, porém, que partiu para a Índia em 1534 e por lá viveu até 1568, em que morreu. Ora, em 1534 grassava já em plena actividade o protestantismo alemão. Dir-se-ia, à primeira vista, que a revolta protestante visava libertar a Europa da pressão do catolicismo. A Lutero sucedeu o ataque lançado por Henrique VIII, que, em 1531, se separou igualmente de Roma. No mesmo ano de 1534, em que de Lisboa partiu para a Índia o Doutor Orta, o Parlamento inglês votava a acta de supremacia, pela qual o soberano inglês passou a ser o chefe oficial da igreja inglesa.

Durante os restantes anos da sua vida assistiu Garcia de Orta, embora de longe, às vicissitudes da Europa perante o fenómeno da Reforma e Contra-Reforma. A Europa, irremediavelmente dividida, foi então vítima de contínuas lutas de seus filhos. Os protestantes, que antes desejavam a liberdade religiosa, mudaram depois de atitude. Uma vez conseguida a hegemonia em certos

países, impuseram imediatamente a sua fé. Não houve meio de reconciliar as duas facções. A paz de Augsburg, de 1555, dividiu a Europa em duas zonas: uma católica e outra protestante. O princípio geralmente aceito foi o da *religião oficial*. A religião do soberano seria, daí em diante, a religião dos seus vassallos: *cujus regio illius religio*.

Portugal manteve o catolicismo como religião oficial. Anos antes, em 1541, iniciara-se em Goa um intenso movimento de conversões. O vigário-geral, Dr. Miguel Vaz, começaria pouco depois os seus esforços no sentido de transportar para Goa o princípio da religião oficial portuguesa. Havia na Índia terras em que dominava, em plenitude, o direito português. Eram as *terras de el-rei de Portugal*. Outras havia, pelo contrário, unidas a Portugal pela amizade dos seus soberanos, mas que não eram de el-rei de Portugal: o princípio da religião oficial vigoraria nas primeiras, e só nessas.

O Dr. Miguel Vaz foi bastante atacado, tanto por hindus e muçulmanos, como até por alguns portugueses, que nele viam um obstáculo à consecução dos seus fins. Julgavam estes que o princípio da religião oficial acarretaria consigo a imediata decadência de Goa e terras vizinhas. Garcia de Orta refere-se-lhe também em termos elogiosos, quando narra a conversão dos cristãos paravás ou da Pescaria: «e foi feita esta cristandade por hum varam, nem menos vertuoso que letrado, chamado Miguel Vaz, vigairo geral que foy da India ...» (II, 120).

A morte do Dr. Miguel Vaz foi muito sentida em Goa. As linhas citadas dão a entender que Garcia de Orta as escreveu já depois do seu falecimento. Os governadores e vice-reis da Índia tinham ordens terminantes para fazer vigorar em Goa e mais terras de el-rei o princípio da religião oficial. Só o cristianismo católico seria protegido. As outras religiões seriam apenas toleradas, com excepção do judaísmo e do protestantismo. Quanto aos Judeus, os *Colóquios* abundam em referências a muitos deles que visitavam o Oriente e que lhe forneciam interessantíssimos pormenores a respeito de várias plantas. Outros por lá viviam, sobretudo em Cochim, reino amigo e onde os Portugueses tinham uma fortaleza e feitoria correspondente. Era em Cochim que as naus carregavam as suas especiarias, antes de se fazerem à vela rumo a Lisboa. Os protestantes representavam ao mesmo tempo uma ameaça religiosa e política. Neste século XVI puderam os Portugueses manter-se afastados da sua influência. No século seguinte, porém, mudaram as condições. O protestantismo, inglês ou holandês, estabeleceu-se no Oriente e continuou lá o que na Europa era: religião oficial dos que à sua sombra viviam.

Temos, portanto, bem vincado no Ocidente europeu o princípio da religião oficial: em países protestantes e em países cató-

licos, os súbditos não gozavam, nem podiam, de liberdade religiosa. Tinham de seguir a fé dos seus senhores. *Cujus regio illius religio*. E no Oriente?

4. O princípio da religião oficial no Oriente.

No Oriente vigorava exactamente o mesmo princípio, com excepção do subcontinente indiano hindu, mas com relação apenas àqueles que não eram hindus. Ninguém se podia converter a qualquer novo credo sem licença de seu soberano. Os missionários portugueses, vindos de um país de religião oficial, não tiveram dúvida em compreender o condicionalismo encontrado. Nos primeiros trinta anos da presença portuguesa em Goa, pode afirmar-se que vigorou lá acentuada tolerância religiosa. Com o vigário-geral Dr. Miguel Vaz Coutinho, porém, iniciou-se nova política: Goa, *terra de el-rei de Portugal*, seria em tudo semelhante à metrópole, participando também do princípio da religião oficial, como acima se viu.

O islamismo foi sempre rigoroso sob este aspecto: os Estados muçulmanos orgulharam-se sempre da sua religião oficial. O hinduísmo, pelo contrário, mantinha política algo diversa: rigoroso até ao extremo para com os próprios filhos; liberal ao máximo para com os estrangeiros. Explica-se facilmente este dualismo. O hinduísmo é uma religião geográfica, limitada ao subcontinente indiano. Não pretende converter ninguém, nem deseja fazê-lo, porque não é religião missionária. Interessam-lhe apenas os que são hindus, os que nascem hindus. Porque a verdade é exactamente esta: o hindu *nasce*, não se conquista. O nascimento marca-o indelévelmente. Os outros, os não-hindus, pertençam a que religião pertencerem, não interessam, porque não pertencem à comunidade. A sua salvação ou condenação, segundo a concepção hindu, não apresentam relevância alguma. Por isso, não admira que a estes o hinduísmo permita seguirem os caminhos que queiram escolher. Não lhes concede liberdade religiosa; desinteressa-se por completo do seu destino religioso.

No que respeita aos Hindus, porém, o caso muda completamente de figura. Defende-os até ao extremo limite; e se algum abandona o culto em que nasceu, condena-o imediatamente ao desprezo mais absoluto, não só individual, como também familiar e social.

Os Portugueses, na Índia, compreenderam, como se disse, o princípio da religião oficial e acataram-no nas terras dos soberanos hindus. Os missionários iniciavam a sua pregação, em tais regiões, após terem alcançado licença das autoridades. O choque sentiu-se, portanto, em Goa e mais *terras de el-rei de Portugal*.

Os Hindus esperavam que os Portugueses continuassem a considerá-los como se eles ainda vivessem nas suas terras. Até ao tempo do Dr. Miguel Vaz Coutinho assim aconteceu. Depois, como se verificou, as condições mudaram.

Tendo em vista este condicionalismo religioso, pode examinar-se agora a atitude de Garcia de Orta. Os *Colóquios* são, como se sabe, um trabalho científico. Apesar disto, permitem colher as suas impressões tanto a propósito do hinduísmo, como do islamismo e até do protestantismo. Eis o que se passa sumariamente a examinar.

5. Garcia de Orta e o hinduísmo.

Conhecia profundamente os costumes e usos hindus, não só os de Goa como os de toda a Índia. Os longos anos passados entre hindus conferiram-lhe, certamente, como em nossos dias acontece, uma natural complacência e tolerância em tudo quanto a eles dizia respeito. Tinha inúmeros amigos hindus, como se infere de uma leitura, embora superficial, dos *Colóquios*. Bastava isto para ser juiz benévolo da religião que eles professavam.

No 6.º colóquio, dedicado à *árvore triste*, escreve (I, 71):

E porque vejais as parvoices e fabulas desta gentildade, dizem que este arvore foi filha de hum homem grande senhor, chamado *Parizataco*; e que se namorou do sol, o qual a leixou, depois de ter com ella conversação, por amores doutra; e ella se matou, e foy queimada (como nesta terras se custuma) e da cinza se gerou este arvore, as flores do qual avorrecem ao sol, que em sua presença não parecem; e parece ser que Ovidio seria destas partes, pois compunham as fabulas assi deste modo.

Este período merece algumas notas: a) refere-se à cremação dos cadáveres, e não à das viúvas, pois afirma que «ella se matou»; este costume não está certamente incluído no número das *parvoices e fábulas*, por ele escarnecidas; b) para Garcia de Orta, a palavra *árvore* era do género masculino, certamente por influência do castelhano; c) Ovídio, conhecido autor das *Metamorfoses*, é citado como autor de fábulas. Depois disto ocorre perguntar: onde estão as *parvoices*? A história da *árvore triste* podia comparar-se, sem dúvida, a qualquer das fábulas de Ovídio, mas para que falar em *parvoices*? Neste período, portanto, Garcia de Orta parece preferir um juízo global sobre todo o hinduísmo, e não sobre qualquer aspecto particular do mesmo.

No 21.º colóquio, dedicado ao marfim, escreve (I, 306):

Aveis de saber que o demonio pôs certa *supersti-*
ção em as molheres e filhas dos Baneanes, que sam os
que vivem segundo o costume pitagorico, e he que, quando
morre algum parente, quebram as molheres todas as mani-
lhas que tem nos braços, as quaes são vinte ao menos;
e logo fazem outras novas, como tiram o dó; e estas
manilhas são de marfim todas, postoque algumas sam de
tartaruga; e isto ordenou o demonio porque se gastase
tanto marfim, que vem da Etiopia cada anno; e sempre
se gastará, em quanto esta *superstição* durar ...

Este período mostra Garcia de Orta bem enquadrado no seu tempo e na sua ambiência. Tratava-se de um costume; só os rigo-
ristas o poderiam acoimar de *superstição*. Nestes anos, vividos por
Garcia de Orta na Índia, os Jesuítas conheciam perfeitamente os
costumes indianos e sabiam bem distingui-los das *superstições*.
Garcia de Orta profere juízo sobre o facto, atribuindo a sua
paternidade ao Demónio. Não se lhe podia exigir mais. Era assim
que procedia o *vulgus* do seu tempo.

No 34.º colóquio, sobre as mangas, descreve algumas práticas
hindus. Detém-se no exame de fenómenos relacionados com a me-
tempcose, ou transmigração das almas. Os Baneanes não comiam
«cousa que padeça morte», com receio de se tratar de qualquer ser
humano. E acrescenta (II, 105-106):

Eu vi em Cambaiete hum espirital de passaros, onde
os curam, se vem aleijados e doentes: e ahi vi curar papa-
gaios e muitos outros passaros; e como saravam, não tor-
navam mais a casa, e andavam no campo: não bebem
vinho, nem vinagre, nem ninpa, nem orraca, nem vinho
de pasa.

Mais abaixo, a uma pergunta de Ruano responde:

Estes, e os da fralda do mar, que chamam Cuncam,
comem todas as mais das carnes, ecepto vaca, e porco
criado em casa; e porém todos tem a transmigração das
almas e sem isto tem mil cousas dignas de muyto riso,
que volas não diguo, por nam gastar mal o tempo. E os
Baneanes jejuam muyto, e á noute comem pouquo, scilicet,
açucare, e agoa ou leite bebido somente; e ha alguns
muyto religiosos, que jejuam vinte dias, sem comer; como
me dixе hum homem muito digno de fé.

Repare-se no tom, puramente científico, da descrição. A expressão «e sem isto tem mil cousas dignas de muyto riso» sai-lhe da pena, natural e simplesmente, a exprimir uma opinião íntima e sincera. Não se refere de forma especial ao costume descrito. As suas palavras atingem todo o hinduísmo. Qualquer carta escrita de Goa nesta época, quer por leigos, quer por religiosos, diria o mesmo.

Finalmente, no 54.º colóquio, sobre o turbitto, Garcia de Orta aproveita a oportunidade para descrever, com grande pormenor, Baçaim e Bombaim, que ele conhecia perfeitamente, pois era dono de terras, como qualquer burguês abastado. Eis o que ele escreve, ao referir-se à ilha do Elefante e às grutas do Elefante, ou «Elephanta caves», como depois as apelidariam os Ingleses (II, 341):

Outro pagode melhor que todos ha em huma ilha chamada Pori, que nós chamamos a ilha do Elefante, e está nella huma serra, e no mais alto della tem huma casa debaixo da terra, lavrada em huma pedra viva, e a casa he tam grande como hum moesteiro, e dentro tem pateos e cisternas de muyta agoa muyta boa, e pollas paredes ao redor ha grandes imagens esculpidas de elefantes, e leões, e tigres, e outras muytas imagens humanas, asi como sam amazonas, e de outras muytas feições bem figuradas. E certo que he cousa muyto de ver e parece que o diabo pos ahi todas suas forças e saber, pera enguanar a gentilidade com sua adoraçam. E alguns dizem que fizeram isto os Chins, quando navegavam por esta terra.

A atitude de Garcia de Orta para com o hinduísmo não se diferenciava, portanto, da que tinham os Portugueses em geral.

6. Garcia de Orta e o islamismo.

As referências que ao islamismo faz nos *Colóquios* são igualmente as que os seus contemporâneos portugueses emitiam. O islamismo era, ainda então, o tradicional inimigo da cristandade e de Portugal. Vinha de longe, de muito longe, esta inimizade. Ninguém a punha em dúvida, nem Muçulmanos, nem Portugueses.

No 7.º colóquio, Maomet é apontado como «o falso profeta» (I 78):

Respondendo á outra questam digo, que he trabalhosa cousa provarse huma lingoa ser melhor que outra; e porém dizem estes fisicos e outros letrados, a que chamão Mullás, que as obras de Avicena e Galeno e dos

filosofos Gregos, e as do falso profeta, erão escritas em lingoa da Syria ...

Como sempre, a alusão cai-lhe espontânea da pena, a exprimir o seu íntimo sentir.

Garcia de Orta cultivava igualmente a amizade de muitos muçulmanos. Não esconde o facto, antes o manifesta com a mesma naturalidade.

No 33.º colóquio, falando do grão-turco Solimão II, condena-o, pela boca de Ruano, nada menos que ao Inferno:

RUANO: Que titulo he o de Xatamaz e do Turco?

ORTA: O Xatamaz se chama *xá*, que quer dizer *rey por excellencia*, e todos os outros reys se chamam *paxá*, que quer dizer *pé de rey*; asi como o rey de Ormuz e o rey de Lara e outros reys, e o Turco chamase *honen-car*, que quer dizer *fazedor dos senhores*, porque *hon* em persio quer dizer senhor, e *écar* significa fazer; mas o seu asinado não he conforme a este ditado, porque he muito humilde.

RUANO: Como se asina?

ORTA: Faquir Çoleimam, que quer dizer o *pobre Çoleimam*.

RUANO: Pois com todas essas humildades ha de hir ao inferno.

Outro passo, de certo interesse, em que se refere ao islamismo, é aquele em que narra a aventura de Sancho Pires, natural de Matosinhos. Talvez valha a pena recordar a aventura deste português, igual, aliás, à corrida por tantos outros daquela época.

Sancho Pires era bombardeiro. Uma vez na Índia, e durante o governo de Nuno da Cunha (1529-1538), passou-se para o serviço de Burhan Nizam Xá, convertendo-se aparentemente ao islamismo. Não chegou, porém, a ser circuncidado, como era da praxe. As suas qualidades impuseram-no à consideração do seu novo soberano, que o chegou a nomear general de cavalaria. Desempenhou papel importante na política muçulmana local. Apesar de todas as honras e riquezas alcançadas, conservava, no íntimo, saudades não só da sua vida de cristão, mas também de vassalo de el-rei de Portugal. Enviava esmolas a várias Misericórdias. Quando sabia que outros portugueses pensavam em tão fácil e rendosa apostasia, fazia-lhes ver o perigo de tal passo e esforçava-se por evitar a sua queda. Segundo se depreende do testemunho de Garcia de Orta, tinha alcançado, por seu intermédio, durante o governo de D. Afonso de Noronha, perdão da sua apostasia. Não chegou, porém, a regressar a Goa. O conde de Ficalho dá sobre esta curiosa figura de aventureiro preciosos informes, colhidos em Diogo do

Couto, *Década VII*, IV, 9. Este autor mostra-se compreensivo para com o procedimento do matosinhense (II, 309-310). Eis como Garcia de Orta se lhe refere no 51.º colóquio (II, 306-307):

E deste modo curei, per conselho de Nizamocha, a Franguecham Portugues (chamado Sancho Pirez) natural de Matosinhos; o qual era tam querido e privado seu, que o via cada dia e lhe oulhava as camaras; e nam hiava a cura deste homem senão de mim, porque avia medo, que lho matassem os fisicos, por ser privado seu.

RUANO: Muyto lhe devia querer. E era mouro ou cristam? E tinha muyta renda?

ORTA: Ao que me dizia em secreto era christam, e comia comiguo as cousas vedadas aos Mouros, e rezava, e dizia mal delles; e não era circumciso, posto que todos cuidavam que si, mas eu o vi e nam o era: mas asaz de mal tinha, pois confessava ser mouro, e este morreu com 6 mil crusados de renda. He verdade que desta renda paguava á gente com que era obriguado a servir, e certo que se o diabo o não levara primeiro em o combate de Calabarga, me tinha prometido de vir comigo; e eu já lhe tinha avido perdam secreto de visorey Dom Affonso de Noronha. E elle fazia muytas esmolas a Portuguezes, e a Misericordias, e a outras igrejas, de que eu sam testemunha.

Esta passagem, assinada por Garcia de Orta, não deixa de ser sintomática. Parece-nos dura a expressão por ele empregada, relativa ao fim de Sancho Pires: «e certo que se o diabo o não levara primeiro ...» Não se baseia em conhecimentos profundos de teologia, mas exprime apenas a sentença geral do povo em tal época. Garcia de Orta conhecia-o perfeitamente, sabia que ele estava arrependido do passo dado e que pensava a sério em regressar a Goa e à prática da religião cristã. Perante Deus, portanto, encontrava-se já no caminho trilhado pelo filho pródigo no seu regresso. Colheu-o a morte em combate, não contra cristãos, mas lutando por muçulmanos contra muçulmanos. Morreu, bem disposto, arrependido. Se ele rezava, como Garcia de Orta afirma, com que fervor não rezaria naquele supremo instante?

Apesar de todas estas circunstâncias atenuantes, o juízo do físico português é categórico: «e certo que se o diabo o não levara primeiro ...» Que significam estas palavras? Que Garcia de Orta era simplesmente fruto da sua ambiência e da sua educação. Nada mais, nada menos. Intolerância? Sim, para homens do século XX. Sim, para teólogos, mesmo do século XVI. Não, para os tempos em que os factos se deram. E, como se sabe, os homens devem ser julgados bem situados no seu tempo.

7. Garcia de Orta e o protestantismo.

Como acima se referiu, quando Garcia de Orta partiu para a Índia já se tinha consumado a revolta de Lutero e de Henrique VIII. Conhecia ele o que se dera. Sentia, como qualquer cristão, o que representava a atitude dos dois chefes protestantes. Era natural, portanto, que se manifestasse na Índia. E fê-lo também nos *Colóquios*, no 58.º (II, 379-380):

RUANO: Se andamos a acusar erros, Leonardo Fuchsio, homem douto, diz que não há *marfim* verdadeiro no mundo.

ORTA: Ha umas mentiras tão grossas, que não he bem, nem merecem ser reprimidas, senão leixalas passar avante, até que deem doze badaladas, como relógio de meo dia. Este homem ha muytos annos que escreve, e eu não acostumo nomealo pollo seu nome; porque ainda que soube na fisica bem, soube muyto pouco em condenar sua alma, e ser hereje condenado por luterano; porque, alem de os seus livros virem no catalogo condenados, hum religioso da ordem dos Préguaadores me dixeu que o conhecia de Alemanha, e que praticára muytas vezes com elle, e que nunca o poudo convencer; e por esta causa me vieram a avorrecer suas obras; e ainda que a medicina não he ciencia de religiam cristan, contudo me avorreceo o autor, e foi muyto desvergonhado em dizer que não avia *marfim* verdadeiro, avendo tantos alifantes em todas as bandas da India, e da Etiopia, e serem levados a Portugal. Parece que os Luteranos devem ter no inferno algum *marfim*, que seja guardado pera elles.

A esta passagem observa o conde de Ficalho: «Orta conserva todo o seu bom humor, mesmo n'esta passagem, em que manifesta uma certa intolerância religiosa.» (*Ibid.*).

Será intolerância? Quanto a nós, não. Garcia de Orta, como sincero católico, exprimia o que andava na boca do povo. Filho da Igreja, repugnava-lhe a ferida que o protestantismo lhe havia feito. Ela sangrava ainda. Não o podia esquecer.

Garcia de Orta era católico e era português, pelo menos por sincera e filial adopção. No 25.º colóquio, em que trata do cravo das Molucas, é bem claro a este respeito. Narrando a chegada dos Castelhanos às Molucas, escreve (I, 362):

E já outras vezes vieram Castelhanos a Maluco, e nam puderão tornar; e os que se defenderam dos Portuguezes morrerão muytos delles; e a outros, que se entregarão, lhes foy dada liberdade e embarcações e mercês,

pera se irem a Castella; tanta he a clemencia de elrey nosso senhor com os christãos vencidos. E hum rey de huma ilha chamada Tarnate, vindo os Castelhanos a elle que os ajudasse, lhes dixe que o *cravo* era dado por Deos aos Portuguezes, pois cada *cravo* tinha cinco quinas de elrey de Portugal; pode ser que este dixe isto por premisam e vontade de Deos, ainda que era infiel; asi profetizou Balam e a sua asna, sendo animal irracional, falo isto debaxo da correijam da Santa Madre Igreja.

Manifesta ainda este acatamento pela igreja católica ao referir-se, no 55.º colóquio, aos reis magos; segundo as opiniões que recolhera de várias autoridades, não se tratava de reis, mas sim de letrados (II, 353):

E asi me dixe que nam eram reys estes homens, senão letrados grandes, assi nas estrellas, como nas outras cousas naturaes. E mais me dixe este bispo que a estrella que guiava a estes *magos* não era de natura celestial, senão elemental; asi como dizemos cometa: dizeime o que vos nisto pareça, porque eu nam tenho nenhuma cousa destas por boa, até que o digam os que regem a Santa Madre Igreja de Roma.

Estas duas citações ajudam a compreender melhor a atitude de Garcia de Orta a respeito do naturalista Fuchsio e do protestantismo luterano. Reconhecia, por um lado, que «a medicina não he ciencia de religiam cristan», e que pertencia a toda a humanidade, sobranceira a credos e a outras divisões humanas. Fuchsio tinha seguido a revolta de Lutero. Por outro lado, porém, não podia Orta esquecer o facto de ele ter abandonado o grémio da catolicidade, e manifesta-o claramente: e por isso «me avorreceo o autor ...» E novamente lhe volta o «inferno» aos bicos da pena. Qualquer cristão da sua época escreveria a mesma coisa. Os luteranos e os protestantes ingleses não empregavam, aliás, linguagem diferente, quando se referiam aos «papistas». É dever dos homens do século XX compreenderem a mentalidade deste agitado século XVI.

8. Conclusão.

Garcia de Orta pertencia indubitavelmente à sua época. De ascendência judaica, nunca se identificou com judeus, embora com eles convivesse e deles recolhesse preciosas informações. Respeitava as opiniões dos médicos da Índia, tanto hindus como muçulmanos. Estudava com afinco as suas receitas e orgulhava-se até de conhecer a medicina europeia, gentia e moura. No 54.º colóquio

coloca na boca de um físico hindu as seguintes palavras: «O doutor Orta as sabe melhor que nós todos, porque nós sabemos as dos Gentios somente, e elle sabe as dos Cristãos e Mouros e Gentios melhor que nós todos.» (II, 332). Não são palavras de pura jactância. Expressam a verdade. A sua fama ultrapassara as fronteiras da Índia Portuguesa. Devia tê-las ouvido pronunciar várias vezes por diversos médicos, tanto hindus como muçulmanos. A sua preparação universitária habilitara-o a compreender, com relativa facilidade, o empirismo da medicina oriental.

Verdadeiro homem de ciência, nem por isso deixava de ser homem português e homem católico. As suas ideias a respeito do hinduísmo, do islamismo e do protestantismo luterano, expressas aqui e acolá, ao longo dos *Colóquios*, iluminam-lhe claramente a personalidade. Comparando umas e outras, parece concluir-se que Garcia de Orta nutria pelo hinduísmo certa complacência; as suas crenças e superstições mereciam-lhe compaixão e sorrisos. O islamismo e o luteranismo, pelo contrário, foram por ele julgados com mais severidade: o primeiro tinha sido e continuava a ser o inimigo declarado da cristandade e da lusitanidade; o segundo tinha para ele o significado de uma revolta que nada justificava.

É à luz destas ideias e da ambiência da época de Garcia de Orta (época também de Inácio de Loiola, Lutero, Francisco Xavier, Henrique VIII, etc., etc.) que se deve proferir sereno e imparcial juízo sobre a tolerância ou intolerância do insigne Mestre português.